



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA NA ESFERA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: Uma análise dos 15º e 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CLARICE TAVARES FONSECA ¹

RESUMO: O artigo em tela tem como objetivo apresentar uma análise introdutória acerca da dimensão pedagógica do Serviço Social na produção do conhecimento, utilizando como material de coleta os artigos enviados aos 15º e 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A discussão apresentada compreende uma síntese dos estudos e pesquisas empreendidos para a realização do trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado *A dimensão pedagógica na esfera da produção do conhecimento: uma análise dos 15º e 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*.

ABSTRACT: The article on screen aims to present an introductory analysis about the pedagogical dimension of Social Work in the production of knowledge, using as collection material the articles sent to the 15th and 16th Brazilian Congress of Social Workers (CBAS). The discussion presented comprises a synthesis of the studies and research undertaken for the completion of the course conclusion work (TCC) entitled *The pedagogical dimension in the sphere of knowledge*

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

production: an analysis of the 15th and 16th Brazilian Congress of Social Workers.

PALAVRAS CHAVES: Serviço Social. Dimensão Pedagógica. Produção do Conhecimento.

KEYWORDS: Social Work. Pedagogical Dimension. Knowledge Production.

1. INTRODUÇÃO

A *dimensão pedagógica* do Serviço Social emerge como debate teórico na esfera da profissão no Brasil a partir da década de 1980, enquanto um reflexo da aproximação política e intelectual da categoria com o pensamento gramsciano.

Sabe-se que do contexto de sua emergência até meados de 1970, o Serviço Social serve fortemente aos interesses burgueses e à reorganização do modo de produção e sociabilidade do capital. Por apresentar um direcionamento ético e político de caráter conservador, a profissão assume, nesse intervalo temporal, posturas pedagógicas subalternizantes, que fomentavam e fortaleciam as relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho (ABREU, 2016). Essas

perspectivas pedagógicas, por sua vez, foram de forma didática denominadas por Abreu (2016) por pedagogia da “ajuda” e da “participação”.

No entanto, em virtude dos processos históricos e políticos vivenciados pelo Brasil e pela profissão, sobretudo após a primeira metade dos anos 1970, o Serviço Social brasileiro se aproxima e se apropria, gradualmente, de uma perspectiva investigativa e interventiva mais crítica, afinada aos interesses das classes trabalhadoras. Neste curso, redesenha um novo projeto profissional e traça as linhas de construção de uma nova perspectiva pedagógica.

Nesse sentido, conforme Abreu (2016), essa nova pedagogia, a “pedagogia da emancipação”, aparece em cena verdadeiramente consolidada e madura, dada a consolidação do projeto profissional e ético-político da categoria, dentre os anos 1980 e 1990. Todavia, em virtude da adoção e do aprofundamento da política neoliberal pelo Estado brasileiro, entre os anos 1990 e 2000, a perspectiva pedagógica crítica vê-se ameaçada, e a possibilidade de resgate das pedagogias conservadoras é evidenciada. Desta feita, as diferentes perspectivas pedagógicas coexistem em um processo de disputa no âmbito dos espaços socioassistenciais.

Partindo desta breve contextualização, a pesquisa da qual deriva este artigo possui como objetivo central analisar como tem se expressado a dimensão pedagógica do Serviço Social na produção do conhecimento. Neste sentido, o artigo aqui delineado compreende uma breve sistematização do que foi apreendido na referida investigação. Para o alcance do objetivo geral da pesquisa foram selecionados e analisados artigos publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) dos anos de 2016 e 2019, cuja temática fosse a dimensão, ou função, pedagógica do Serviço Social².

Somado a isso, foram quantificados, em porcentagem, os artigos que versaram sobre o tema em relação ao número total de artigos aprovados para a

2 Importa sinalizar que no momento de busca pelos artigos foram considerados os trabalhos que continham nos títulos e nos resumos: dimensão pedagógica, função pedagógica, função educativa, ações socioeducativas e práticas socioeducativas.

publicação. Importa sinalizar que a escolha pelos artigos inseridos no espaço-tempo indicado – 2016 e 2019 – diz respeito à sua atualidade, expressando com maior fidelidade, conseqüentemente, o que tem sido discutido e refletido pela categoria profissional.

Em vista disto, no que tange aos procedimentos metodológicos, o estudo anteriormente referenciado se realizou mediante uma pesquisa bibliográfica – uma vez que os materiais utilizados já possuem tratamento científico – predominantemente qualitativa, mas com aspectos quantitativos, e orientou-se analiticamente pelo método materialista histórico-dialético, buscando compreender o objeto de estudo em sua totalidade.

Deste modo, como principais resultados, identificamos que a temática da dimensão pedagógica do Serviço Social nos Anais dos CBAS é praticamente inexpressiva, no entanto, os trabalhos analisados demonstram a preponderância da perspectiva pedagógica emancipatória, conseqüentemente, indicando a primazia da direção do projeto ético político da profissão. Além disso, os trabalhos encontram-se ancorados nas referências de Paulo Freire e Antonio Gramsci, no que tange a teorização sobre pedagogia, desta forma, sinalizando uma orientação política e teórico-metodológica no sentido crítico-dialético.

2. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL: constituição e conformação

O caráter pedagógico do Serviço Social conforma a profissão desde a sua emergência e institucionalização. Esta qualidade, apesar de não lhe ser exclusiva, tem com o Serviço Social um relacionamento singular: é creditado ao seu aspecto pedagógico, ou educativo, a profissionalização da categoria e o crescimento do seu mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2004).

Nesse sentido, é consenso na literatura a existência de uma dimensão pedagógica na profissão – ainda que variem os termos adotados para denominá-la.

lamamoto (2004) e Abreu (2016) concordam que o Serviço Social, historicamente, realiza sua intervenção profissional por meio de ações educativas, ou, ainda, pelo estabelecimento de relações pedagógicas, que se materializam e provocam interferências na maneira de agir e pensar e no modo de viver dos sujeitos envolvidos no processo. Essas ações e relações encontram, por sua vez, no trabalho dos/as assistentes sociais, mediado pelos serviços sociais, um loco privilegiado ao desenvolver suas ações a partir da realidade das classes trabalhadoras no terreno do cotidiano.

Desta feita, a ação pedagógica do Serviço Social denota a sua natureza política e, pelo mesmo processo, insere a profissão no âmbito da organização da *cultura* (ABREU, 2016), isto é, na esfera das atividades que contribuem com a construção de um modo de vida (GRAMSCI, 2007). Por conseguinte, em conformidade com Gramsci (2007), a organização de uma cultura conforma-se, fundamentalmente, à construção de uma determinada *hegemonia* – entendida como direção moral e intelectual. Em sequência, o autor marxista (*apud* ABREU, 2016) salienta que a consolidação de uma hegemonia depende, necessariamente, do estabelecimento de relações pedagógicas via *sociedade civil*³.

Para o alcance dessa compreensão Gramsci (2007) analisou o movimento de reconstituição da economia e da cultura capitalista americana por entre as conformações do *Americanismo* e *Fordismo*⁴. Diante disso, ressalta-se no pensamento gramsciano a importância de quadros técnicos – profissionais – responsáveis por “inculcar” no pensamento das massas a nova organização produtiva e cultural da sociedade capitalista (ABREU, 2016; SIMIONATTO, 2011).

3 A sociedade civil corresponde à esfera das instituições sociais – os “aparelhos privados de hegemonia” (COUTINHO, 1992).

4 “O americanismo, segundo análise gramsciana, caracterizou uma modalidade da hegemonia do capital, como uma forma histórica de concreção de uma revolução passiva. O fordismo, associado às técnicas organizacionais tayloristas, como elemento de organização da estrutura, constituiu-se como um “ponto extremo do processo de tentativas sucessivas da indústria para superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro”, no sentido da recomposição da capital face à necessidade evidente em “superar a perspectiva histórica da emancipação das classes subalternas, e do período de crise que esse processo inaugura” (BRAGA, 1996, p. 176 *apud* ABREU, 2016, p. 53).

Neste sentido, participe do processo de organização da cultura e de reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2014; ABREU, 2016), o Serviço Social funda-se e fundamenta-se, desde a sua origem, em uma pedagogia – caracterizada pelas estratégias educativas postas no conflito entre as classes (ABREU e CARDOSO, 2009), e materializada mediante os efeitos da intervenção profissional no modo de viver e na maneira de agir e pensar dos sujeitos envolvidos no processo (ABREU, 2016; IAMAMOTO, 2004). Essa, por sua vez, se altera, ou atualiza, conforme o momento sociocultural e histórico vivenciado pela profissão.

Assim, no contexto de surgimento da profissão, em meados dos anos 1920 nos Estados Unidos, sob a nova racionalidade do capital, consubstancia-se ao Serviço Social uma pedagogia plasmada pela *ajuda psicossocial individualizada*, vinculada à necessidade de “educar” e “ressocializar” o trabalhador e sua família à nova racionalidade capitalista. Por este ângulo, a perspectiva pedagógica que inaugura o Serviço Social compreende ações profissionais persuasivas e coercitivas (ABREU, 2016) representantes do perfil conservador, doutrinário e moralizador assumido pelo Serviço Social na época.

Dado este panorama, a vertente norte-americana do Serviço Social, e sua concepção pedagógica, se difunde pelo território brasileiro e latino-americano apenas na década de 1940, no contexto de criação das grandes instituições assistenciais. No entanto, o alastramento desta perspectiva pelo Brasil acontecerá de forma mais intensa no âmago do processo da modernização conservadora, representada pela política desenvolvimentista, nos anos 1950 e 1960. Inserida nesta lógica, a “pedagogia da ajuda” admite novas e significativas determinações: agrega aos seus métodos de intervenção componentes morais oriundos de uma filosofia da “promoção social”. (ABREU, 2016).

A política modernizadora desenvolvimentista provoca, portanto, um redimensionamento – ou, superdimensionamento – da participação no processo da ajuda psicossocial do Serviço Social, o que repercute, inevitavelmente, na intervenção profissional ao promover “[...] alterações no perfil pedagógico, a partir de um rearranjo da função educativa deste profissional, [...]” (Abreu, 2016, p. 127).

Desta feita, emerge no Serviço Social brasileiro, também para atender as exigências do capital, uma nova vertente pedagógica – a “pedagogia da participação”. Essa perspectiva se desenvolve e se consolida por intermédio das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC) e da apropriação de sua filosofia e teoria pelo Serviço Social.

Neste sentido, a racionalidade desenvolvimentista enfatiza a participação dos sujeitos nos programas do governo, visando a “integração” e a “promoção” sociais, enfatizando a “importância” de cada indivíduo para alcance do desenvolvimento e da modernização do país. Deste modo, colocando-os, não só enquanto foco receptor das ações assistenciais de “ajuda”, mas induzindo-o a participar ativamente dessas ações “[...] superdimensionando os mecanismos de controle e responsabilização dos sujeitos individuais quanto ao alcance do “bem-estar-social” [...]” (ABREU, 2016, p. 129).

Um dos períodos históricos e culturais que marcam a fase desenvolvimentista e o Serviço Social no país é a instauração do regime autoritário militar em 1964. No interior desta conjuntura, indo de encontro a ela, gestam-se os pilares de um Serviço Social compromissado com o conjunto da classe trabalhadora e com a teoria social crítica para análise e intervenção na realidade. Netto (2015) indica, nesse período, coexistindo com tendências conservadoras do Serviço Social, uma tendência da profissão que pensa o DC como instrumento de um processo de transformação social substantiva, solidificado na emancipação social das classes subalternas.

Somado a isso, a reorganização do Estado brasileiro apontou como imperativo ao Serviço Social brasileiro um dimensionamento técnico-racional, anulando as posturas e comportamentos “tradicionais”. Conseqüentemente, a construção desse profissional “moderno” implicava na reformulação da formação dos (as) assistentes sociais, que rompesse de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e provincialismo que marcam o Serviço Social. Disso se encarregou a política educacional da ditadura e a inserção do Serviço Social na universidade como curso de graduação e, posteriormente, de pós-graduação (NETTO, 2015).

Essa inflexão na formação, assim como no mercado de trabalho, como já pontuado, significou ponto crucial no processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo burguês. A reforma universitária e o espaço propiciado ao Serviço Social, possibilitaram às/aos assistentes sociais a carreira da docência e o contato, por meio da tríplice ensino-pesquisa-extensão, com perspectivas teóricas progressistas, incluindo o “marxismo acadêmico”, limitadas, nesse primeiro momento, às fronteiras universitárias intelectuais (NETTO, 2015).

O espaço da universidade e da pós-graduação, intensificou a reflexão crítica da categoria profissional sobre o Serviço Social, assim como, aprofundou as discussões acerca da realidade social, dos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais que culminam nas expressões da questão social. Desta forma, expandindo criticamente sua capacidade de investigação e intervenção (CANTALICE, 2013). Nesta lógica, reafirma-se que a universidade – especialmente a pós-graduação e sua produção do conhecimento – foi a mola propulsora que levou o Serviço Social brasileiro à sua maturidade intelectual e política.

O conjunto destas transformações, portanto, culminou, nos anos 1980, na consolidação de um projeto profissional identificado com as classes trabalhadoras. A partir disto, então, ergue-se a possibilidade de construção de uma nova perspectiva pedagógica que dialogue com os novos compromissos assumidos pela categoria. Deste modo, conforme Abreu (2016), o esboço desta nova pedagogia desponta ao Serviço Social ainda nos anos 1970, entretanto, ela se torna consistente e hegemônica na categoria somente no curso dos anos 1980 e 1990, em vista dos “avanços” políticos e intelectuais que marcam a profissão neste período.

Esta nova pedagogia, de caráter crítico e orientada a “emancipação” dos sujeitos, objetiva-se, conforme Abreu (2016), por dois vetores principais: a politização das relações sociais e a intervenção das classes subalternas no movimento histórico, na perspectiva de sua emancipação. Diante disso, a “pedagogia emancipatória”, consubstancia-se em um conformismo social proposto pelos trabalhadores, apresentando como horizonte a superação da sociabilidade e produção capitalista e a construção de uma nova cultura, pautada na emancipação

dos sujeitos e na equidade social, uma sociedade de homens e mulheres verdadeiramente livres (ABREU, 2016).

Somado a isso, Abreu (2016) evidencia a existência de duas tendências inscritas nesta nova perspectiva pedagógica do Serviço Social. Estas tendências diferenciam-se no que concerne ao nível de compromisso assumido com as classes trabalhadoras: a primeira tendência diz respeito ao compromisso profissional com as classes subalternas e suas lutas pela, pela defesa e garantia dos seus direitos, da democracia e da justiça social, nos marcos desta sociabilidade; a outra insere o compromisso profissional na perspectiva das lutas pela superação da sociedade capitalista burguesa (ABREU, 2016).

Neste sentido, de uma forma, ou de outra, a perspectiva pedagógica crítica, consolidada entre os anos 1980 e 1990, logo é ameaçada. Neste último ano, é adotada, oficialmente, pelo Estado brasileiro a política econômica neoliberal, deste modo, são empreendidas transformações societárias que atingem de forma nefasta a vida da classe trabalhadora intensificado as expressões da questão social, especialmente no que tange a pobreza e o desemprego. Ao mesmo tempo trata de difundir como princípios absolutos a auto responsabilização, o individualismo, e, novamente, uma falsa ideia de “cooperação” entre os sujeitos, na tentativa de afastar a responsabilidade estatal.

Pelo mesmo movimento, a racionalidade neoliberal invade os espaços sócio-ocupacionais, as políticas e os programas sociais resumem-se à focalização, à fragmentação e a individualização dos atendimentos. Assim como, aumentam-se as demandas profissionais – visto o aprofundamento da questão social – e cresce a precarização do trabalho. Este cenário, portanto, é propício, consoante Abreu (2016), ao reavivamento e a atualização das pedagogias conservadoras. Este resgate, por sua vez, atende ao imperativo colocado pelo neoliberalismo de situar a reprodução do trabalhador entre a mercantilização dos serviços sociais e a refilantropização da questão social.

Nestes termos, apesar da adversidade posta pela economia neoliberal, não se

encerram as possibilidades concretas de uma ação pedagógica crítica na prática profissional da/o assistente social que seja voltada à emancipação dos sujeitos coletivos. Assim, as pedagogias conservadoras refuncionalizadas coexistem com a “pedagogia da emancipação”, em constante disputa no cenário profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2015).

Nesta sequência, a produção intelectual do Serviço Social, oriunda, sobretudo, dos cursos de pós-graduação da área, tem demonstrado, como indica Cantalice (2013), forte resistência e contraponto à lógica neoliberal mercantil, Estabelecendo posição político-estratégica clara e incisiva direcionada à construção e consolidação de uma universidade comprometida com a solução dos problemas postos no âmbito da sociedade, e com a formação de profissionais capazes de atuar e intervir criticamente na realidade social (CANTALICE, 2013).

Em consideração a isso, apresentaremos na próxima seção como tem se expressado a dimensão pedagógica do Serviço Social brasileiro na sua produção do conhecimento, a partir de uma análise do 15º e 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

3. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO NO 15º E 16º CONGRESSO BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS)

Para assimilar a expressão da dimensão pedagógica do Serviço Social na produção do conhecimento, priorizamos analisar os trabalhos publicados nos Congresso Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) de 2016 e 2019 – 15º e 16º CBAS, respectivamente. Considerando que o evento se constitui como o maior e mais abrangente da categoria, englobando profissionais que atuam nas mais variadas políticas e espaços sócio-ocupacionais, assim como docentes e discentes de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

Por este ângulo, os congressos representam espaços elementares para o aprofundamento dos questionamentos e das reflexões no interior da categoria,

especialmente no que tange a dimensão teórico-metodológica, e as demandas e dilemas enfrentados no cotidiano profissional. No primeiro evento referenciado foram publicados 1426 trabalhos, enquanto no posterior teve-se mais de 2000 trabalhos publicados. Contudo, a temática da dimensão pedagógica é quase inexpressiva em ambos, representando, no 15º CBAS 0,28% e no 16º aproximadamente 0,2% do universo total.

Diante disso, selecionamos quinze (15) trabalhos, dos quais sete (07) foram descartados, mediante a realização de uma leitura de reconhecimento dos resumos, por não estabelecerem relação com a dimensão pedagógica da profissão. Quatro (04) destes trabalhavam a instrumentalidade e os demais estavam relacionados à atuação do Serviço Social na educação; ao processo de formação em Serviço Social; e à atuação profissional junto ao cumprimento de medidas socioeducativas. Isto posto, nos restou como amostra oito (08) trabalhos, quatro (04) do CBAS de 2016 e quatro (04) do CBAS de 2019, representando, respectivamente, as porcentagens supramencionadas.

Embora seja ínfimo o número de trabalhos publicados acerca da dimensão pedagógica, constatamos que os artigos analisados demonstram a hegemonia da orientação do projeto ético-político da profissão, a partir da perspectiva crítica. À vista disso, alguns trabalhos reiteram o compromisso em fortalecer os processos de luta em torno de um projeto de sociedade pautado nos interesses das classes subalternas, livre de relações de dominação e exploração. Enquanto outros encerram o exercício profissional à conquista, promoção e efetivação dos direitos e da cidadania nos marcos desta sociabilidade.

Reconhecemos que os aspectos conjunturais que envolvem a prática, assim como a condição de trabalhador/a assalariado/a do/a assistente social condicionam o exercício profissional, podendo, desta forma, atenuar o direcionamento crítico. Todavia, ainda assim, corroboramos com o posicionamento de que o/a profissional dispõe de certo grau de autonomia, por meio do qual possui viabilidade de conferir ao seu exercício a direção social que pretende (IAMAMOTO, 2004; IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Neste contexto, os oito trabalhos dividem-se em três conjuntos: três (03) relatos de experiência, duas (02) sistematizações de pesquisas de campo e três (03) pesquisas bibliográficas. No que diz respeito aos relatos de experiência, dois (02) deles correspondem a projetos desenvolvidos pelas profissionais nos seus espaços ocupacionais, sendo eles uma Organização Não Governamental (ONG) e o Serviço Social do Comércio (SESC). O outro refere-se às percepções da profissional/autora acerca das situações enfrentadas em seu cotidiano de trabalho, também em uma ONG⁵.

Na sequência da análise, importa destacar que os relatos não se configuram em narrativas meramente descritivas, mas, além da caracterização das atividades, contextualizam e fundamentam as problemáticas e demandas que justificam a execução dos projetos e envolvem as percepções das assistentes sociais. Este fator, em nossa compreensão sinaliza o alcance da maturidade intelectual do Serviço Social brasileiro, uma vez que, conforme analisado por Mota (2013), os relatos de experiências produzidos por assistentes sociais em outros países do globo resumem-se a meras sistematizações da prática.

Diante disso, levantamos algumas questões adjacentes que corroboram com a fundamentação teórica dos trabalhos, simbolizando o avanço no que concerne a esse tipo de produção – relato de experiência – pela categoria no Brasil. Por exemplo: a) A educação como importante espaço de fortalecimento e desenvolvimento da práxis do Serviço Social e enfrentamento ao neoliberalismo proporcionando a formação de indivíduos mais conscientes, informados e participativos; b) A compreensão da violência enquanto uma expressão da questão social como fundamental para uma atuação profissional em coerência com o projeto ético político; c) As condições de envelhecimento como uma expressão da questão social, considerando a qualidade de vida e as condições socioeconômicas da maioria dessa população no Brasil.

5 Salienta-se, nessa situação, que o alargamento das organizações não governamentais (ONG) como espaço de trabalho do Serviço Social deriva, sobretudo, da transferência dos serviços sociais para o “terceiro setor”, mediante a contrarreforma do Estado e o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil (ALENCAR, 2009). Alencar (2009) alega que essas organizações são compenetradas pelos princípios da ajuda e da solidariedade, próprios da política neoliberal, os quais, conforme a autora, podem levar à desprofissionalização do atendimento social.

Nessa perspectiva, os relatos de experiência que analisamos expressam a dimensão pedagógica como: a) fortalecedora de processos emancipatórios; b) importante contribuição para a construção de "novos caminhos" e transformação da realidade; c) mediação da intervenção profissional para a garantia de direitos, compreensão do cotidiano e desconstrução de estereótipos e preconceitos junto à população usuária. Contudo, faz-se necessário destacar que dois (02) destes trabalhos parecem limitar a dimensão pedagógica do Serviço Social a ações pontuais do exercício, além de colocá-la como suscetível à escolha do/a profissional em utilizá-la, ou não, na sua intervenção.

Desta feita, em nossa compreensão, a dimensão (ou função) pedagógica do Serviço Social é transversal à prática profissional, presente desde o planejamento à execução, em atendimentos individuais, coletivos ou trabalhos com grupos, não podendo, desta forma, desvincular-se dela ou resumi-la a determinadas intervenções, dado que, dessa forma, é reduzida dimensão técnico-operativa. Conforme Lima e Mioto

[...] as ações socioeducativas devem exprimir o vínculo de adesão e articulação com as ideias, os objetivos e as propostas que envolvem o projeto político da classe trabalhadora. O movimento da sua operacionalização articula dialeticamente as três dimensões referidas ao Serviço Social (teórica, ética e técnica) e se materializa através: do conhecimento/investigação da realidade sócio-comunitária-institucional na qual se intervém; do planejamento e da documentação do processo de trabalho; das formas escolhidas de abordagens dos sujeitos para quem se destina a ação; da definição dos instrumentos técnico-operativos e outros recursos implicados na execução da ação" (LIMA; MIOTO, 2011, p. 228).

Em continuidade, os trabalhos que se configuram em sistematizações de pesquisas de campo revelam dados no tocante à dimensão pedagógica em espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Um (01) deles investiga a dimensão pedagógica do/a assistente social em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); enquanto o outro estuda esta dimensão, em relação com a arte, mediante o trabalho de assistentes sociais em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

Neste cenário, os artigos trazem reflexões e problematizações sobre as políticas em que são desenvolvidas as pesquisas, situam a inserção do Serviço

Social nestes espaços e contextualizam historicamente a dimensão pedagógica. Contudo, nota-se em um (01) deles que esses itens não foram bem desenvolvidos diante da necessidade de caracterização dos componentes da pesquisa – referencial teórico, metodologia, resultados. Mesmo assim, é viável a percepção do compromisso dos autores, expressos nos trabalhos, com uma pedagogia em conformidade com o projeto profissional hegemônico.

Em linhas gerais, as pesquisas se orientam por finalidades análogas, ainda que uma delas busque por elementos da arte no desenvolvimento da dimensão pedagógica. As duas (02) pretendem conhecer como esta dimensão se faz presente na rotina dos profissionais. A apresentação dos resultados, porém, chama atenção para a disparidade entre eles, levando em consideração que a primeira pesquisa – referente aos SCFV – declara que a dimensão pedagógica é pouco conhecida pelos profissionais entrevistados, ficando relegada a segundo plano e sendo quase inexpressiva. Enquanto a outra pesquisa revela o conhecimento da dimensão investigada por parte das profissionais, e o reconhecimento dela nos seus processos de trabalho.

Entretanto, importa reter que esta última pesquisa expõe a dimensão pedagógica em associação aos recursos artísticos, o que, portanto, pode ter facilitado a compreensão das profissionais no momento da entrevista. Ainda, nesta pesquisa, por meio das falas transcritas, identificamos que as atividades com grupos são oportunidades consideradas com maior potencial para a concretização da dimensão pedagógica do Serviço Social, visto que são espaços destinados à coletivização das demandas. Diante disso, reafirmamos que, em nossa perspectiva, a dimensão pedagógica é inerente à prática profissional, sendo por intermédio dela que o/a assistente social, necessariamente, interfere nas relações sociais (YAZBEK, 2009).

No que tange às pesquisas bibliográficas, por sua vez, identifica-se uma fundamentação teórica mais rigorosa que nos trabalhos anteriores, o que pode, portanto, exprimir um processo de formação continuada em cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social, mediante os quais os/as assistentes sociais atingem

outro nível de compreensão da dimensão teórica-metodológica. Os três (03) artigos contextualizam o processo de institucionalização do Serviço Social, expondo, nos diferentes momentos históricos, a relação entre a profissão e o sistema capitalista, e abarcam debates significativos no que toca pensar a profissão na contemporaneidade. Além de expressarem com maior nitidez um direcionamento social e político comprometido com o movimento de concepção da consciência crítica, tendo como horizonte a construção de uma outra sociabilidade.

No entanto, dois desses trabalhos não têm a dimensão pedagógica do Serviço Social como temática central. Em um (01) deles, neste lugar encontra-se a instrumentalidade. Não obstante, o debate da dimensão pedagógica aparece associado à prática profissional como elemento imprescindível para a construção de diálogos que potencializam o alcance da consciência com os sujeitos envolvidos no processo da prática – os usuários. O outro artigo com essa característica reflete, mais especificamente, sobre a contribuição do trabalho do/a assistente social na construção da consciência crítica em diferentes espaços sócio-ocupacionais, nesse contexto, enquadra a dimensão pedagógica à dimensão política da profissão, de modo que a essência da pesquisa se situa nesta última.

Por conseguinte, apenas um (01) trabalho desta categoria – pesquisa bibliográfica – discute como ênfase a dimensão pedagógica do Serviço Social, nestas condições, em diálogo com as expressões artísticas – indicadas como potenciais fortalecedoras da função pedagógica da profissão. Embora este trabalho, diferente dos anteriores, não expresse diretamente quanto à construção de uma consciência, ele aborda a necessidade de guiar a dimensão pedagógica em uma orientação que fomente a mobilização, a capacitação e a organização da classe trabalhadora e da própria categoria.

Assim sendo, percebemos que nas pesquisas bibliográficas, assim como nas anteriores, há concordância com a perspectiva da pedagogia emancipatória, definida em face das condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional vinculado aos interesses das classes subalternas (ABREU, 2016). Este último conjunto de pesquisas – bibliográficas –

estabelece nítido compromisso com as lutas das classes subalternas no sentido de superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade.

Neste raciocínio, os trabalhos frutos de pesquisas – bibliográficas ou de campo – atestam a consolidação do Serviço Social brasileiro como profissão e área de conhecimento (MOTA, 2013; CANTALICE, 2013). É salutar reiterar que o estatuto de maioria intelectual da profissão é fruto dos processos de produção e ampliação das pesquisas que envolvem o Serviço Social enquanto objeto de estudo e reflexão que, a partir do materialismo histórico-dialético, desenvolvem análises críticas referentes às políticas sociais, às expressões da questão social, ao fundo público, aos movimentos sociais, à seguridade social etc.

Continuando, os artigos analisados, em sua totalidade, apresentam como referências teóricas autores/as importantes na literatura do Serviço Social brasileiro. Marilda Iamamoto destaca-se como uma das principais referências, aparecendo em seis (06) dos oito (08) artigos analisados, seguida por Marina Abreu que aparece em cinco (05) dos artigos. Yolanda Guerra, Célia Miotto e Carmelita Yazbek são referenciadas em (03) três artigos, nesta lógica, José Paulo Netto e Ana Elizabeth Mota, apesar de serem grandes autores da área, aparecem em apenas um (01) artigo.

Além desses autores, notáveis na produção do conhecimento do Serviço Social, mostram-se como relevantes referenciais teóricos na produção dos artigos Paulo Freire e Antonio Gramsci. A predominância desses autores nas produções que envolvem a função educativa e pedagógica do Serviço Social também foi assinalada e debatida por Lima e Miotto (2013). Elas afirmam que os autores mencionados “[...] aparecem no discurso profissional como base de sustentação da operacionalização das ações socioeducativas na perspectiva crítico-dialética.” (LIMA; MIOTTO, 2013, p. 219).

Consideramos importante sinalizar em nossas análises que a política de Saúde, maior campo empregatício do Serviço Social, não é manifestada em nenhum dos artigos, como é possível observar ao longo desta sessão. Ainda assim, o espaço

ocupacional das ouvidorias dos hospitais públicos, subordinadas a esta política, é apontado por Abreu (2016) em suas formulações como espaços democratizantes dotados de maior potencial para o desdobramento e fortalecimento de uma pedagogia emancipatória.

No entanto, embora saibamos que algumas determinações podem alargar, ou diminuir, as possibilidades críticas, defendemos que a realização da dimensão pedagógica do Serviço Social em uma perspectiva orientada pela conquista da emancipação humana, como aduz o projeto ético político da profissão, não depende de práticas seletivas, ou de determinados espaços sócio-ocupacionais, mas da compreensão que o/a profissional possui sobre sua prática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a conclusão deste trabalho consideramos importante resgatar os principais elementos e resultados observados durante a pesquisa e coleta dos dados. Desta feita, verificamos que embora a função pedagógica do Serviço Social acompanhe a profissão desde os seus primórdios, constituindo-se, dessa forma, em uma de suas principais características, sua presença na produção do conhecimento da categoria profissional, analisada a partir dos anais dos 15º e 16º CBAS, é praticamente inexpressiva, representando, em ambos, menos que 1% do total das produções teóricas. Apesar disso, demonstram a primazia da direção do projeto ético-político da profissão, e expressam de modo geral, a dimensão pedagógica em sua perspectiva emancipatória.

Neste sentido, a partir dos artigos analisados identifica-se a presença das duas tendências, indicadas por Abreu (2016), que consubstanciam a função pedagógica em sua perspectiva emancipatória. Essas tendências diferenciam-se, como já assinalamos neste trabalho, no que concerne ao nível de compromisso com as classes subalternas: uma das tendências encerra o compromisso aos limites do direito e da cidadania burguesa; enquanto a outra tendência imprime ao compromisso profissional o fortalecimento das lutas para superação do modo de

produção e sociabilidade capitalistas. Diante disso, identificamos que as pesquisas de caráter bibliográfico se inserem nesta última tendência, ao passo que as pesquisas de campo e os relatos de experiências compreendem a primeira orientação.

Percebemos, além disso, que os trabalhos que possuem caráter de pesquisa bibliográfica demonstram reflexões e fundamentações teóricas mais críticas, o que pode, por conseguinte, ser reflexo de um processo de formação continuada em cursos de pós-graduação em Serviço Social. Todavia, apenas um trabalho com esta especificidade tem como discussão central a dimensão pedagógica do Serviço Social, os demais trazem-na como debate secundário atrelado à instrumentalidade e à dimensão política da profissão.

Em sua maioria as produções analisadas sustentam seu referencial teórico em Antonio Gramsci ou Paulo Freire, o que havia sido inferido por Lima e Mito (2013) ao analisarem produções teóricas que dizem respeito às ações socioeducativas da profissão. Nessa situação, as autoras reiteram que esses autores aparecem como base da operacionalização da função educativa dos/as assistentes sociais na perspectiva crítico-dialética.

Importa assinalar que os únicos espaços sócio-ocupacionais que aparecem nas produções como cenários de desenvolvimento da dimensão pedagógica do Serviço Social são: instituições da política de Assistência Social; da política Educação; e organizações privadas sem fins lucrativos. Assim, o não aparecimento de instituições da política de Saúde nos chama atenção, tendo em consideração que esta é a política que mais emprega assistentes sociais no Brasil. Além disso, alguns artigos parecem limitar a dimensão pedagógica da profissão a práticas e intervenções determinadas, sobretudo, às atividades com grupos.

Neste sentido, finalizamos reforçando que a dimensão pedagógica do Serviço Social é transversal à prática profissional em qualquer espaço sócio-ocupacional, desta forma, o que a determina como fortalecedora dos processos emancipatórios, ou, de subalternização da classe trabalhadora usuária dos serviços sociais é a

direção que o/a profissional imprime à sua prática, considerando as suas condições objetivas e subjetivas de concretização e a sua relativa autonomia no espaço sócio-ocupacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALENCAR, Mônica Maria Torres. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. Tese (doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do cárcere**: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LIMA, Telma Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Celia Tamasso. Ações socioeducativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, v. 11, n. 21, p. 211-237, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. Cortez Editora, 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-142.